



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. INTRODUÇÃO**

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste IPSM, autarquia responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social RPPS municipal, necessita de suporte técnico especializado para aprimoramento da gestão dos investimentos, fortalecimento das práticas de governança, manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS e atendimento das exigências legais e regulatórias aplicáveis.

A presente contratação decorre do Estudo Técnico Preliminar ETP nº 008/2026, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como do respectivo Mapa de Riscos da contratação.

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os arts. 6º, XXIII, 18 e 40 da Lei nº 14.133/2021, visando subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos continuados de consultoria em investimentos para RPPS, suporte técnico à manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS e elaboração de estudo Asset Liability Management ALM.

### **2. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos continuados de consultoria em investimentos para Regime Próprio de Previdência Social RPPS, incluindo:

#### *2.1 Consultoria de Valores Mobiliários*

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Consultoria de Valores Mobiliários, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, compreendendo orientação, assessoramento e suporte técnico especializado relacionado à gestão dos investimentos do IPSM Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste.

Os serviços compreenderão o acompanhamento da carteira de investimentos, análise de cenários econômicos e financeiros, suporte técnico aos conselhos e comitê de inv do RPPS, elaboração de relatórios gerenciais e assessoramento quanto à observância das normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.

A prestação dos serviços deverá observar integralmente as normas aplicáveis aos RPPS, especialmente:

- Resolução CMN nº 5.272/2025;
- Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações posteriores;
- Resolução CVM nº 19/2021;
- Resolução CVM nº 175/2022 e alterações posteriores;
- demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A contratação contempla ainda a elaboração de estudo de Asset Liability Management ALM, destinado à análise da compatibilidade entre os ativos financeiros do RPPS e seus passivos atuariais e previdenciários, visando subsidiar o planejamento da política de investimentos e contribuir para o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário.

2.2 Manutenção Da Certificação Pró-gestão RPPS

Prestação de serviços técnicos especializados destinados ao apoio à manutenção e renovação da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS Nível II, por meio da continuidade e aprimoramento dos processos, controles internos, documentos e práticas de governança exigidos pelo programa.

Os serviços deverão contemplar suporte técnico para atualização e implementação de procedimentos administrativos, elaboração e revisão de documentos institucionais, orientação quanto às boas práticas de governança previdenciária e acompanhamento das exigências necessárias para manutenção da certificação institucional.

3. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

A presente contratação se faz necessária para atender às exigências normativas e aprimorar a gestão dos investimentos do IPSM. O cenário atual exige um alto nível de especialização para lidar com os desafios do mercado financeiro, o cumprimento das obrigações regulatórias e a busca por maior eficiência na administração dos recursos previdenciários.

A necessidade da consultoria decorre dos seguintes fatores:

3.1. Complexidade dos investimentos e exigências regulatórias

O RPPS deve atuar de forma estratégica no mercado de capitais, observando as diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP nº 1.467/2022, Resolução CVM nº 19/2021 e Resolução CVM nº 175/2022. A correta interpretação e aplicação dessas normativas exigem conhecimento técnico aprofundado, o que torna fundamental a assessoria de profissionais especializados para orientação e recomendação de investimentos alinhados às diretrizes legais e aos objetivos previdenciários.

3.1.1 Identificação das necessidades tecnológicas

Sistema para auxiliar na gestão dos recursos do IPSM, onde permita o planejamento, monitoramento, análise e controle dos investimentos. Esse sistema deve fornecer ferramentas e funcionalidades para gerar relatórios gerenciais ou de controle que objetivem, dentre outros, retratar a rentabilidade, composição e enquadramento de uma carteira de investimento à luz da política de investimento vigente, regulamentos ou da regulamentação vigente.

3.2. Manutenção e progressão da Certificação Pró-Gestão RPPS

A certificação Pró-Gestão RPPS é um importante instrumento de governança, transparência e boas práticas na administração previdenciária. A consultoria prestará suporte técnico na atualização e aprimoramento das medidas necessárias para a manutenção e renovação da certificação institucional, objetivando auxiliar o IPSM na continuidade e aperfeiçoamento dos processos e documentos institucionais exigidos pelo programa, assegurando a permanência do Instituto na Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS Nível II.

3.3 Estudo de Asset Liability Management (ALM)

A relação entre ativos (recursos financeiros e investimentos) e passivos (compromissos previdenciários) do RPPS precisa ser continuamente analisada para evitar desequilíbrios financeiros e atuariais. O estudo de Asset Liability Management (ALM) oferecerá uma visão detalhada sobre a sustentabilidade do RPPS no longo prazo, permitindo ajustes estratégicos na política de investimentos para mitigar riscos e atender às necessidades futuras do regime. Diante desses aspectos, a contratação da consultoria especializada se mostra indispensável para que o IPSM atue em conformidade com as normas regulatórias, fortaleça sua governança, otimize sua gestão de investimentos e proporcione maior segurança na administração dos recursos previdenciários.

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Os serviços que se pretende contratar tem as seguintes especificações:

LOTE ÚNICO				
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	REF.	QTD.
01	01	- Prestação de serviços especializados de Consultoria de Valores Mobiliários para orientação, recomendação e aconselhamento, de forma profissional, independente e individualizada, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação serão de responsabilidade exclusiva do IPSM em conformidade com a Resolução	Mês	12

		CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações, Resolução CVM nº 19/2021. Resolução CVM nº 175/2022 e suas alterações.		
01	02	- Elaboração de estudo de Asset Liability Management (ALM) para análise da relação entre ativos e passivos do RPPS ao longo do tempo.	Mês	12
01	03	- Prestação de serviços técnicos especializados para apoio à manutenção e renovação da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS Nível II, contemplando acompanhamento dos processos de governança, atualização de documentos institucionais, orientação quanto às boas práticas de gestão e suporte técnico para atendimento das exigências do programa Pró-Gestão RPPS.	Mês	12

#### 4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Verificou-se, no âmbito da estrutura administrativa do RPPS, a inexistência de servidores com qualificação técnica específica e dedicação exclusiva para o desempenho das atividades relacionadas à gestão especializada de investimentos, elaboração de estudos técnicos como o Asset Liability Management (ALM), bem como para o acompanhamento contínuo das exigências normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Ressalta-se que as atividades inerentes à gestão de investimentos previdenciários demandam conhecimento técnico especializado nas áreas de mercado financeiro, análise de risco, legislação previdenciária e normas regulatórias expedidas por órgãos como o Conselho Monetário Nacional (CMN), Secretaria de Previdência (SPREV) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ademais, as atribuições relacionadas à manutenção da certificação institucional no Programa Pró-Gestão RPPS exigem atuação técnica contínua, envolvendo revisão documental, organização de processos administrativos, monitoramento de requisitos e preparação para auditorias, o que demanda expertise específica e experiência comprovada na área previdenciária.

Diante desse cenário, constata-se que a execução direta dessas atividades pelo quadro interno do RPPS mostra-se inviável sob o ponto de vista técnico e operacional, tornando necessária a contratação de empresa especializada, a fim de assegurar a adequada gestão dos recursos previdenciários, o cumprimento das exigências legais e o fortalecimento das práticas de governança institucional.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento da gestão administrativa, financeira e estratégica do Regime Próprio de Previdência Social RPPS, visando garantir maior eficiência na administração dos recursos previdenciários e assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

A gestão dos recursos previdenciários exige elevado grau de especialização técnica, observância constante das normas regulatórias e acompanhamento permanente das condições do mercado financeiro, especialmente em razão das exigências estabelecidas pela legislação vigente, pelas normas do Conselho Monetário Nacional CMN, pela Secretaria de Previdência SPREV e pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada em consultoria de investimentos para RPPS possibilitará suporte técnico qualificado para análise da carteira de investimentos, acompanhamento do desempenho das aplicações financeiras, apoio na elaboração e revisão da política de investimentos e orientação na tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão dos recursos previdenciários.

Além disso, a contratação contempla a elaboração de estudo de Asset Liability Management ALM, ferramenta fundamental para o planejamento de longo prazo do regime previdenciário, uma vez que permite avaliar a relação entre os ativos financeiros disponíveis e as obrigações previdenciárias futuras, contribuindo para a definição de estratégias de investimento mais adequadas à realidade atuarial do RPPS.

Outro aspecto relevante da contratação é o assessoramento técnico para manutenção da certificação institucional no Programa Pró-Gestão RPPS, iniciativa que busca fortalecer as práticas de governança, transparência, controle interno e organização administrativa dos regimes próprios de previdência social.

A manutenção do Pró-Gestão exige a atualização contínua de documentos institucionais, organização de processos administrativos, acompanhamento dos requisitos estabelecidos pelo programa e preparação para

auditorias periódicas, atividades que demandam conhecimento técnico específico e experiência na área previdenciária.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada permitirá ao RPPS contar com suporte técnico qualificado para o aprimoramento de sua estrutura de governança, para o fortalecimento da gestão dos investimentos e para a manutenção das boas práticas administrativas exigidas pelos órgãos de controle.

Assim, a contratação proposta contribuirá diretamente para o aprimoramento da gestão previdenciária, para o fortalecimento da governança institucional e para a sustentabilidade financeira do RPPS, garantindo maior segurança e eficiência na administração dos recursos públicos destinados à previdência dos servidores.

## **5. LEVANTAMENTOS DE MERCADO**

### **5.1. DAS SOLUÇÕES DE MERCADO**

Para atendimento da necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado relacionadas à prestação de serviços de consultoria de investimentos para Regimes Próprios de Previdência Social RPPS, bem como serviços de apoio à governança previdenciária e manutenção da certificação Pró-Gestão RPPS.

Durante a análise, verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas que atuam no assessoramento técnico a RPPS, oferecendo serviços voltados ao acompanhamento da carteira de investimentos, suporte ao Comitê de Investimentos, elaboração de relatórios técnicos, análise de enquadramento das aplicações financeiras às normas vigentes e orientação quanto à Política de Investimentos.

Também foi identificado que diversas empresas que atuam no segmento de consultoria para RPPS disponibilizam serviços de apoio à implementação, manutenção e renovação da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS, incluindo revisão de processos administrativos, atualização de documentos institucionais, orientação quanto às boas práticas de governança e acompanhamento das exigências estabelecidas pelo programa.

Adicionalmente, essas empresas possuem metodologias próprias e ferramentas técnicas voltadas à elaboração de estudos especializados, como o Asset Liability Management (ALM), que permite avaliar a relação entre os ativos financeiros e os passivos previdenciários do regime, contribuindo para o planejamento estratégico da política de investimentos e para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS no longo prazo.

Dessa forma, observou-se que o mercado oferece soluções integradas, capazes de atender simultaneamente às demandas relacionadas à gestão de investimentos e ao fortalecimento da governança institucional dos RPPS.

Considerando as alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de consultoria para RPPS constitui a solução mais adequada para atender às necessidades do Instituto, proporcionando suporte técnico qualificado na gestão dos investimentos, na elaboração de estudos estratégicos e na manutenção das práticas de governança exigidas pelo programa Pró-Gestão RPPS.

## **6. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

Após a realização do levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis para atendimento das necessidades do IPSM, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na *contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria voltados à gestão de investimentos e ao fortalecimento da governança previdenciária*.

A gestão dos recursos financeiros do RPPS exige acompanhamento permanente das condições do mercado financeiro, análise técnica das aplicações realizadas e observância das normas que regulamentam a aplicação dos recursos previdenciários, especialmente aquelas estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações, Resolução CVM nº 19/2021 e Resolução CVM nº 175/2022 e suas alterações. Nesse contexto, a contratação de consultoria especializada possibilita ao Instituto contar com suporte técnico qualificado para análise da carteira de investimentos, acompanhamento da rentabilidade das aplicações financeiras, verificação do enquadramento da carteira às normas vigentes e orientação na tomada de decisões relacionadas à política de investimentos.

Além disso, a solução contempla a elaboração de estudo de Asset Liability Management (ALM), instrumento técnico que permite avaliar a relação entre os ativos financeiros do RPPS e seus passivos previdenciários,

fornecendo subsídios para o planejamento estratégico da política de investimentos e contribuindo para o equilíbrio financeiro e atuarial do regime no longo prazo.

A contratação também abrange serviços de apoio à manutenção e renovação da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS Nível II, considerando que a certificação constitui importante instrumento de governança, transparência e melhoria dos processos administrativos no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social. O suporte técnico especializado contribuirá para a revisão e atualização de documentos institucionais, aprimoramento dos processos administrativos e acompanhamento das exigências estabelecidas pelo programa Pró-Gestão RPPS.

Dessa forma, a adoção de solução integrada, contemplando consultoria de investimentos, elaboração de estudo de ALM e apoio à manutenção da certificação Pró-Gestão RPPS, mostra-se a alternativa mais adequada para atender às necessidades do Instituto, proporcionando maior segurança na gestão dos recursos previdenciários, fortalecimento das práticas de governança e aprimoramento da gestão institucional do RPPS.

## **7. JUSTIFICATIVA DE NÃO PARCELAMENTO DEVIDO A INTERDEPENDÊNCIA DOS ITENS**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a Administração Pública deve, sempre que possível, promover o parcelamento do objeto nas licitações, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de licitantes. Contudo, tal parcelamento deve observar a viabilidade técnica e econômica da divisão do objeto, bem como a preservação da eficiência da contratação.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União TCU, por meio da Súmula nº 247, consolidou o entendimento de que o parcelamento deve ser adotado quando não houver prejuízo ao conjunto da contratação ou perda de economia de escala. A referida súmula dispõe que:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Dessa forma, observa-se que o próprio entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União admite exceção ao parcelamento quando este puder gerar prejuízo à execução do objeto, perda de economia de escala ou comprometimento da eficiência da contratação.

No caso em análise, verifica-se que o objeto da contratação possui elevado grau de complexidade técnica, sendo composto por serviços especializados voltados à gestão e fortalecimento institucional do Regime Próprio de Previdência Social RPPS, compreendendo:

- consultoria especializada em investimentos, com suporte técnico à gestão da carteira e acompanhamento da política de investimentos;
- elaboração de estudo de Asset Liability Management ALM, com análise da compatibilidade entre ativos financeiros e passivos atuariais do regime previdenciário;
- assessoria para manutenção e acompanhamento do atendimento aos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS, visando a preservação da certificação institucional e o aprimoramento contínuo das práticas de governança, controles internos e gestão administrativa.

Nesse contexto, a execução dessas atividades por empresas distintas poderia gerar desalinhamento metodológico, divergência de orientações técnicas, dificuldades de integração das informações e aumento da complexidade na gestão contratual, comprometendo a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

Além disso, a execução dos serviços por uma única empresa vencedora permitirá a manutenção de uma base única e organizada de documentos, relatórios técnicos, estudos atuariais, registros de acompanhamento dos investimentos e documentos institucionais do Pró-Gestão RPPS. Essa aglutinação das informações em um único prestador facilita a gestão documental, evita duplicidade de registros, reduz riscos de inconsistência de dados e melhora significativamente o fluxo de comunicação entre a contratada e a Administração.

Tal organização contribui diretamente para a agilidade na tomada de decisões, melhor controle das informações estratégicas do RPPS e maior eficiência na fiscalização e acompanhamento do contrato, gerando também economicidade administrativa, uma vez que reduz retrabalhos, inconsistências e custos operacionais decorrentes da atuação de múltiplos fornecedores.

Ademais, a análise integrada entre gestão de investimentos, estudo de ALM e governança institucional do RPPS é fundamental para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, bem como o cumprimento das normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência SPREV, pelo Conselho Monetário Nacional CMN e pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

Assim, a contratação pretendida não se limita à execução de serviços isolados, mas sim à implementação de uma solução técnica integrada de apoio à gestão previdenciária, na qual as atividades devem ser desenvolvidas de forma coordenada e complementar.

A experiência administrativa em contratações semelhantes e a análise técnica realizada no presente processo indicam que a divisão do objeto poderia resultar em maiores custos para a Administração Pública, dificuldades de coordenação entre prestadores e risco de inconsistência nas orientações técnicas, prejudicando o adequado funcionamento do RPPS.

Importante destacar que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no Processo nº 0852/2017/TCE-RO, ao analisar situação envolvendo serviços de elevada complexidade técnica e interdependência entre as etapas de execução, reconheceu a legalidade da contratação por preço global, justamente em razão dos riscos decorrentes da fragmentação do objeto.

Nesse mesmo sentido, o Acórdão nº 732/2008 do Tribunal de Contas da União estabelece que a decisão acerca da divisão ou não do objeto deve ser tomada com base nas particularidades do caso concreto, considerando a viabilidade técnica da divisão, os impactos econômicos e a eficiência da execução contratual.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação unificada do objeto, em detrimento do parcelamento, apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

Assim, considerando a complexidade e interdependência técnica entre os serviços de *consultoria em investimentos, estudo de ALM e implantação/manutenção do Pró-Gestão RPPS*, bem como a necessidade de integração das informações e documentos técnicos em uma única base de gestão, justifica-se a adoção do regime de execução por preço global, garantindo a obtenção da solução mais adequada para atender às necessidades do IPSM.

## **8. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

A contratação dos serviços técnicos especializados de consultoria de investimentos, elaboração de estudo de Asset Liability Management (ALM) e apoio à manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS proporcionará diversos benefícios ao IPSM.

Entre os principais benefícios esperados está o aprimoramento da gestão da carteira de investimentos do RPPS, por meio do acompanhamento técnico especializado das aplicações financeiras, análise de desempenho da carteira e orientação quanto às estratégias de investimentos, contribuindo para maior segurança na tomada de decisões e melhor alinhamento às normas que regulamentam a aplicação dos recursos previdenciários.

Outro benefício relevante será a elaboração do estudo de Asset Liability Management (ALM), que permitirá analisar a relação entre os ativos financeiros e os passivos previdenciários do regime, fornecendo subsídios para o planejamento estratégico da política de investimentos e contribuindo para a sustentabilidade financeira e atuarial do RPPS no longo prazo.

A contratação também proporcionará suporte técnico ao Comitê de Investimentos, auxiliando na análise das aplicações financeiras, na verificação do enquadramento da carteira às normas vigentes e no acompanhamento da rentabilidade dos investimentos, fortalecendo os processos de governança e controle interno.

Adicionalmente, o apoio à manutenção e renovação da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS Nível II contribuirá para o aprimoramento dos processos administrativos, organização da documentação institucional, fortalecimento das práticas de governança e melhoria da transparência na gestão previdenciária.

Dessa forma, a solução adotada contribuirá para o fortalecimento da gestão do RPPS, maior eficiência na administração dos recursos previdenciários, melhoria dos processos institucionais e atendimento às exigências normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

## **9. DOS PRAZOS EM GERAL**

### **9.1 PRAZO DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por interesse da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições iniciais da contratação.

## **10. REQUISITOS DE SEGURANÇA E QUALIDADE**

10.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, assegurando a qualidade, eficiência, desempenho e produtividade na execução dos serviços durante toda a vigência do contrato, observando os prazos e condições estabelecidos.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO CERTAME:**

### *11.1 Critério objetivo de julgamento*

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observando-se a proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### *11.2 Critérios de habilitação*

Os requisitos de habilitação dos licitantes observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, compreendendo, no mínimo:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- c) Qualificação econômico-financeira, mediante comprovação da inexistência de processos de falência ou recuperação judicial que comprometam a execução do contrato.

Os requisitos detalhados de habilitação serão estabelecidos no Edital da licitação.

## **12. DA FORMA E CONDIÇÃO DE FORNECIMENTO**

A contratação terá natureza **continuada**, considerando a necessidade permanente de acompanhamento técnico e suporte especializado à gestão dos investimentos e à governança institucional do IPSM.

Os serviços deverão ser executados conforme as demandas do Instituto e de acordo com as especificações estabelecidas no **Termo de Referência**.

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante comprovação da efetiva prestação dos serviços e após a regular liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.

## **13. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES:**

O Termo de Referência deverá fixar as responsabilidades e obrigações das partes contratantes em face dos requisitos, atividades e condições especificadas;

Na definição dos níveis mínimos de serviço, procurou-se definir indicadores e metas que favorecessem a adoção de práticas necessárias nos serviços a serem contratados e que refletissem as diferentes dimensões de resultado inerentes a este tipo de serviço.

## **14. DOS VALORES ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO**

Realizando-se levantamentos de preços de mercado para fins de orientar a fixação dos preços de referência que orientarão o critério de seleção do fornecedor, estima-se que o valor para Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços já citados, para atender as demandas do IPSM que trata esse Estudo Técnico é de **R\$ 79.599,96** (Setenta e Nove Mil Quinhentos e Noventa e Nove Reais Noventa e Seis Centavos), considerando um período total de 12(doze) meses.

## **15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A despesa decorrente da contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício 2026, dos recursos administrativos consignados Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - RO IPSM. As despesas objeto deste Estudo estão previstas e adequadas à Lei nº 14.133/2021.

### **15.1 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Orçamentária: 2.10 IPSM-OPO-RO

Função Programática: 09.272.0001.2.076

Fichas: 460

Categoria Económica: 3.3.90.39.00

## **16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratação correlatas, realizados pelo IPSM

## **17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Não há previsão de impactos ambientais.

## **18. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:**

Conforme mencionado anteriormente, o serviço a ser contratado apresenta características padronizadas, podendo-se concluir que o objeto é comum, porém requer profissionais com formação e conhecimento adequado. Portanto, tem-se como melhor opção a modalidade de *Pregão Eletrônico*, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a referida modalidade traz diversos benefícios para a Administração Pública, como: economia, eficiência, transparência.

## **19. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE**

No que tange à viabilidade ou não da contratação aqui tratada, a equipe de planejamento frente a todos os dados e informações levantadas nos presentes estudos técnicos preliminares declara-a VIÁVEL e, sobretudo, ADEQUADA a solução proposta para atender a necessidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - IPSM no presente caso concreto.

## **20. Responsáveis**

Informo que o presente Estudo Técnico Preliminar está apto a ser anexado aos autos do processo administrativo para contratação do objeto.

**Ouro Preto do Oeste - RO, 13 de março de 2026**

LETÍCIA TURETA COELHO

**Ratificado por:**

Sebastião Pereira da Silva  
Presidente do IPSM  
Decreto n. 15.122 de 05/01/2022